

# SUMÁRIO



## OVG - Organização das Voluntárias de Goiás *Analista Administrativo Júnior*

### LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos .....	1
Ortografia oficial .....	6
Acentuação gráfica.....	15
Emprego das classes de palavras.....	22
Sintaxe de concordância .....	33
Regência .....	35
Colocação.....	38
Crase .....	40
Pontuação .....	41
Semântica: sendo de palavras e expressões de texto .....	46
Figuras de linguagem.....	53
Coesão e coerência textual.....	58
Redação oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República) .....	63
Questões .....	77
Gabarito.....	90

### REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE GOIÁS

Formação histórica e evolução do Estado de Goiás .....	1
Aspectos geográficos: relevo, clima, hidrografia, vegetação e divisão territorial .....	5
Aspectos econômicos: setores produtivos, agropecuária, indústria, comércio e serviços .....	9
Cultura goiana: tradições, festas populares, patrimônio histórico e manifestações culturais.....	19
Realidade étnico-racial: povos indígenas, quilombolas e diversidade cultural .....	24
Estrutura política e organização do Estado de Goiás .....	30
Indicadores socioeconômicos atuais.....	37
Programas e políticas públicas estaduais .....	43
Questões .....	50
Gabarito.....	54

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



## DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: conceito, objeto e supremacia .....	1
Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 .....	4
Direitos e garantias fundamentais .....	5
Organização do Estado: União, Estados, Municípios e Distrito Federal; Poderes da União .....	23
Legislativo .....	37
Executivo .....	55
Judiciário - competências e funções .....	60
Controle de constitucionalidade .....	82
Ordem social: princípios e direitos sociais .....	87
Questões .....	112
Gabarito .....	119

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública: conceitos, princípios e organização .....	1
Atos administrativos: conceitos, atributos, classificação, espécies e invalidação .....	10
Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia .....	32
Serviços públicos: conceito, princípios e formas de prestação .....	42
Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999) .....	61
Responsabilidade civil do Estado .....	72
Agentes públicos: regime jurídico, direitos, deveres e responsabilidades .....	79
Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021) .....	99
Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações) .....	223
Questões .....	251
Gabarito .....	258

## RACIOCÍNIO LÓGICO

Estrutura lógica de relações; Proposições, conectivos e tabelas-verdade; Argumentação lógica: validade e invalidez; Diagramas lógicos .....	1
Problemas de contagem e análise combinatória .....	23
Probabilidade .....	29
Sequências lógicas e numéricas .....	32

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



Resolução de problemas quantitativos.....	35
Questões .....	40
Gabarito.....	47

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos de informática.....	1
Sistemas operacionais (Windows e Linux).....	2
Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) - funcionalidades e recursos .....	33
Internet e Intranet: conceitos, navegação, segurança e boas práticas .....	80
Conceitos de hardware, software e periféricos .....	88
Questões .....	96
Gabarito.....	105

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Organização das Voluntárias de Goiás (OVG): Histórico, missão, visão e valores da OVG; Estrutura organizacional da OVG; Programas e projetos desenvolvidos pela OVG; Legislação e normativos aplicáveis à OVG.....	1
Políticas sociais no âmbito da assistência social em Goiás.....	6
Noções sobre gestão de projetos sociais.....	13
Ética no serviço público e atendimento ao cidadão .....	22
Parcerias com organizações públicas e privada .....	33
Planejamento, execução e controle de ações sociais.....	39
Questões .....	47
Gabarito.....	51

# SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

### — Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

### A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

### A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



### A OCUPAÇÃO INICIAL DO TERRITÓRIO: BANDEIRANTES E A BUSCA POR OURO

A ocupação do território goiano está intimamente ligada ao movimento de interiorização do Brasil promovido pelos bandeirantes paulistas nos séculos XVII e XVIII. Esses grupos de exploradores, em sua maioria oriundos da Capitania de São Paulo, foram fundamentais para a expansão do território colonial português e para a descoberta de importantes jazidas minerais.

No caso de Goiás, esse processo se intensificou com a busca por ouro, um dos principais motores da economia colonial no período.

O avanço bandeirante rumo ao interior do Brasil ocorreu por diversos motivos, como a captura de indígenas para escravização, a busca por riquezas naturais e a ampliação do domínio territorial português em áreas pouco exploradas.

A ausência de um controle rígido por parte da Coroa Portuguesa nas regiões interiores facilitava essas incursões, permitindo aos bandeirantes certa autonomia para explorar e ocupar novos espaços. Foi nesse contexto que se iniciou a ocupação da região hoje conhecida como Goiás.

O marco principal dessa fase da história goiana foi a expedição liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, em 1722. Acompanhado por um grupo de homens, ele subiu o curso do Rio Paranaíba e alcançou o Rio Vermelho, afluente do Rio Araguaia. Lá, segundo relatos históricos, teria utilizado de um estratagema simbólico — o famoso episódio da “água de fogo”, em que ameaçou atear fogo aos rios com aguardente, para impressionar os indígenas e obter informações sobre a localização de ouro.

A descoberta de ouro na região do Rio Vermelho, especialmente na área onde hoje se localiza o município de Goiás (antiga Vila Boa), atraiu grande número de aventureiros, comerciantes, escravos e religiosos. Essa movimentação deu origem a um processo de povoamento acelerado, resultando na fundação de diversos arraiais, como o Arraial de Sant’Ana, Arraial do Ouro Fino e, sobretudo, Vila Boa de Goiás, que se tornaria o principal centro urbano e administrativo da região por mais de dois séculos.

A importância econômica da mineração levou a Coroa Portuguesa a criar, em 1748, a Capitania de Goiás, desmembrada da Capitania de São Paulo. A instalação da capitania visava garantir o controle fiscal da produção aurífera e estabelecer um poder político mais eficiente na região. Foram criadas instituições como a Casa de Fundição, que centralizava a fundição do ouro extraído e recolhia o quinto — tributo real correspondente a vinte por cento da produção.

É importante destacar que, apesar do crescimento econômico propiciado pela mineração, a ocupação de Goiás teve características bastante precárias. A infraestrutura era limitada, os acessos eram difíceis e a organização social era marcada pela instabilidade, fruto da escassez de alimentos, da ausência de uma economia diversificada e dos frequentes conflitos entre exploradores e populações indígenas. Estes últimos sofreram com a escravidão, o deslocamento forçado e a perda de territórios tradicionais.

Do ponto de vista territorial, a ocupação do centro-oeste brasileiro a partir de Goiás também teve um papel estratégico na consolidação das fronteiras portuguesas frente à ameaça espanhola. A presença de núcleos urbanos e a atividade econômica intensa ajudaram a fixar o domínio português sobre uma vasta extensão interiorana, conferindo ao território goiano um valor geopolítico que extrapolava a questão econômica.

Portanto, a ocupação inicial de Goiás foi um reflexo do modelo de colonização predatório típico do período colonial, em que a exploração dos recursos naturais estava acima de qualquer planejamento sustentável ou integração social. A presença dos bandeirantes e o ciclo do ouro marcaram profundamente a formação histórica do estado, deixando heranças visíveis até hoje na cultura, na economia e na estrutura fundiária regional.



### Sentido sociológico; sentido político; sentido jurídico; conceito, objetos e elementos

No tocante aos sentidos sociológico, político e jurídico, são analisados pela doutrina, quando da análise das denominadas “perspectivas”<sup>1</sup>. Mesma observação com relação ao denominado objeto.

Dando-se prosseguimento aos nossos estudos, passaremos a analisar os denominados elementos da Constituição. Tal denominação surgiu em virtude de o fato das normas constitucionais serem divididas e agrupadas em pontos específicos, com conteúdo, origem e finalidade diversos.

Conquanto haja essa divisão e o agrupamento em questão, é de se registrar que nossa doutrina é divergente com relação aos elementos da Constituição, não se podendo afirmar que uma classificação está correta e a outra errada.

Em que pese essa divergência, remetemos à clássica divisão dada pelo Ilustre Prof. José Afonso da Silva. Senão, vejamos.

**a) Elementos orgânicos** – estabelecem as normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder (Títulos III e IV, da CF);

**b) Elementos limitativos** – dizem respeito às normas que compõem os direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação estatal;

**c) Elementos sócio ideológicos** – estabelecem o compromisso da Constituição entre o Estado Individualista e o Estado intervencionista (Título VII, da CF);

**d) Elementos de estabilização constitucional** – são as normas constitucionais destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da CF, do Estado e das instituições democráticas. Eles constituem os instrumentos de defesa do Estado e buscam garantir a paz social (Artigos 34 a 36, da CF);

**e) Elementos formais de aplicabilidade** – encontram-se nas normas que estabelecem regras de aplicação das Constituições (ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

### Classificações das constituições

Registre-se que a doutrina brasileira costuma utilizar-se de variados critérios de classificação das constituições, existindo variação entre eles.

**a) Quanto à origem** – as Constituições poderão ser **outorgadas** (aquelas impostas pelo agente revolucionário que não recebeu do povo a legitimidade para, em nome dele, atuar), **promulgadas** (fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo).

Ela é também denominada de democrática, votada ou popular), **cesaristas** (não é propriamente outorgada, nem democrática, ainda que criada com a participação popular, vez que essa visa apenas ratificar a vontade do detentor do poder).

Conhecidas também como bonapartistas) e, **pactuadas ou dualistas** (são aquelas que surgem através de um pacto entre as classes dominante e oposição).

**b) Quanto à forma** – as Constituições podem ser **escritas** (instrumentais) ou **costumeiras** (não escritas).

**c) Quanto à extensão** – elas podem ser **sintéticas** (aquelas que apenas vinculam os princípios fundamentais e estruturais do Estado. São também denominadas de concisas, breves, sumárias, sucintas ou básicas) ou **analíticas** (são as Constituições que abordam todos os assuntos que os representantes do povo entenderem por fundamentais).

São também conhecidas como amplas, extensas, largas, prolixas, longas, desenvolvidas, volumosas ou inchadas).

<sup>1</sup> <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>



## — Administração pública

### Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

<b>SENTIDO SUBJETIVO</b>	<b>Sentido amplo</b> {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
<b>SENTIDO SUBJETIVO</b>	<b>Sentido estrito</b> {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
<b>SENTIDO OBJETIVO</b>	<b>Sentido amplo</b> {função política e administrativa}.
<b>SENTIDO OBJETIVO</b>	<b>Sentido estrito</b> {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

**a. Fomento:** É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

**b. Polícia administrativa:** É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

**c. Serviço público:** resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.



A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

### LÓGICA PROPOSICIONAL

Antes de tudo, é essencial compreender o conceito de proposições. Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

#### Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples:  $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

#### Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

- **Sentenças Abertas**

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”



A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

### Fundamentos de Informática

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

**Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

### Tipos de computadores

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.



### INTRODUÇÃO À OVG E SUA RELEVÂNCIA PARA O ESTADO DE GOIÁS

A Organização das Voluntárias de Goiás, mais conhecida como OVG, é uma instituição social de direito privado, sem fins lucrativos, que desempenha um papel de grande importância no apoio à população em situação de vulnerabilidade social no Estado de Goiás.

Com forte atuação na assistência social, a OVG se destaca por promover ações que complementam as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Estadual, com foco especial nas áreas de saúde, educação, assistência e inclusão social.

Fundada com o objetivo de articular o trabalho voluntário e ampliar o alcance das iniciativas solidárias no estado, a OVG se consolidou como uma ponte entre o poder público e a sociedade civil, mobilizando recursos, talentos e parcerias em prol do bem coletivo. Seu funcionamento é caracterizado pela eficiência, empatia e compromisso com as necessidades reais da população goiana, especialmente das comunidades mais vulneráveis.

A atuação da OVG é amparada em princípios de solidariedade, cidadania e justiça social, com ações voltadas ao atendimento direto da população e também ao fortalecimento de redes de apoio. Em diversas regiões do estado, a instituição é responsável por projetos de grande impacto social, como distribuição de cestas básicas, apoio a pessoas com deficiência, qualificação profissional, além de campanhas em datas comemorativas, como Natal e Páscoa.

Um dos diferenciais da OVG é a sua capacidade de integração com outras esferas do governo e com entidades do terceiro setor, o que a torna uma entidade estratégica dentro da política de assistência social do Estado de Goiás. Ao mesmo tempo em que recebe apoio institucional, a organização mantém sua autonomia administrativa e financeira, o que possibilita maior flexibilidade na execução dos seus projetos e maior rapidez na resposta às demandas sociais.

Outro ponto de destaque é o trabalho voluntário, elemento essencial no modelo de funcionamento da OVG. A instituição valoriza a participação cidadã por meio do voluntariado organizado, canalizando esforços individuais em ações estruturadas e contínuas, o que potencializa os resultados alcançados e estimula o envolvimento da sociedade nas causas sociais.

Com mais de cinco décadas de história, a OVG se transformou em uma das principais referências em atuação social no Centro-Oeste brasileiro. Seu modelo de gestão vem sendo modernizado continuamente, com o uso de tecnologias e técnicas de gestão baseadas em resultados. Tudo isso contribui para a construção de uma cultura de solidariedade ativa e de compromisso coletivo com o bem-estar da população goiana.

A OVG representa uma ferramenta poderosa de transformação social em Goiás, aliando tradição e inovação para promover inclusão, dignidade e desenvolvimento humano. Sua importância transcende a simples execução de programas sociais, pois se insere num contexto mais amplo de mobilização da sociedade em torno de valores como empatia, justiça social e participação cidadã.

### HISTÓRICO DA OVG E FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS (MISSÃO, VISÃO E VALORES)

A Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) foi criada em 1966, com o intuito de apoiar e complementar ações do Governo do Estado na área social. Surgiu a partir da mobilização de um grupo de mulheres lideradas pela então primeira-dama do estado, com o objetivo de amenizar as dificuldades enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade, por meio do trabalho voluntário e da solidariedade organizada.

Ao longo das décadas, a OVG passou por transformações institucionais e operacionais que ampliaram seu campo de atuação e modernizaram sua gestão, tornando-a uma das principais entidades sociais de Goiás.

Durante os anos iniciais, a OVG atuava principalmente por meio da arrecadação e distribuição de donativos, além da promoção de campanhas beneficentes. Com o tempo, a organização passou a desenvolver projetos próprios, com foco em áreas estratégicas como qualificação profissional, atendimento a idosos, crianças e